

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

Ref.:

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2023  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2023  
REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2023**

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa **PGM CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 28.685.706/0001-53, em face do edital do Processo Licitatório nº 30/2023, Pregão Presencial nº 21/2023, que tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção em vias públicas, buscando atender às necessidades futuras e eventuais dos municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará.

**I- CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

Inicialmente, cumpre apontar que a impugnação fora protocolada em 17 de outubro de 2023, estando, portanto, dentro do prazo previsto no item 4.5 do edital do Pregão em epígrafe, cuja data de abertura está prevista para 19 de outubro de 2023, às 9h.

Dadas as considerações iniciais passa-se ao mérito.

**II- DO MÉRITO**

O edital do Pregão Presencial nº 21/2023, tem como objeto o registro de preços para contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção em vias públicas, buscando atender às necessidades futuras e eventuais dos municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços do Alto do Rio Pará.

A pessoa jurídica **PGM CONSTRUÇÕES EMPREENDIMENTOS LTDA**, apresentou tempestivamente impugnação aos termos do edital em questão, em relação aos seguintes pontos:



- a) A exigência referente à comprovação de boa situação financeira mediante a avaliação de índices de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente, iguais ou superiores a 1,5 é infundada, devendo o edital se limitar ao valor resultante maior ou igual a 1,0;
- b) O edital não traz em seu texto a permissão de participação de empresas em consórcio;
- c) O edital exigiu que as empresas licitantes tivessem em seu quadro de pessoal engenheiro ambiental e químico.

Passa-se à análise.

### III. DA ANÁLISE

#### a) **Qualificação econômica -financeira: índices de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente**

A Impugnante solicita em sua peça que sejam reduzidas para no mínimo 1,0 (um vírgula zero), os índices de liquidez geral, solvência geral e liquidez corrente, exigidos no edital para fins de verificação da qualificação econômica -financeira das empresas licitantes.

O artigo 31º, III, § 5º da Lei 8.666 dispõe que:

A comprovação da boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no Edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

Como se verifica através do texto legal, a boa situação financeira deverá ser comprovada de forma objetiva. Para tanto, a Administração fixou os índices no ato convocatório. A fixação taxativa no edital mostra-se necessária para não se trazer insegurança ao licitante e ainda evitar qualquer discricionariedade no julgamento por parte da Administração.

Os índices exigidos no edital (igual ou superior a 1,5) não ferem ao disposto no art. 31, da Lei 8.666/1993 e foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis para avaliar a qualificação econômico-financeira dos licitantes, sendo utilizados até mesmo em Editais de Licitação do Tribunal de Contas de Minas Gerais.<sup>1</sup>

Assim, os índices apurados são justificados pela necessidade de superávit econômico-financeiro necessário para cumprir compromissos que a Licitante tenha que assumir, caso lhe

<sup>1</sup> Processo Licitatório nº 07/2015. Concorrência nº 01/2015.



seja contratado o objeto do certame, e com vistas à qualidade, continuidade e confiabilidade dos serviços, sem perder de vista também a relevância do serviço público objeto da licitação.

Desta forma, não assiste razão à Impugnante, uma vez que os índices adotados não comprometem a competitividade do certame e, ao mesmo tempo, são considerados confiáveis pela Administração.

**b) O edital não traz em seu texto a permissão de participação de empresas em consórcio**

A empresa Impugnante alega que o edital não traz em seu texto a permissão de participação de empresas em consórcio. Logo, se não há vedação, permite-se a participação.

Para vedar a participação de consórcio, o ente licitante deverá explicitar, circunstanciadamente, o porquê da sua decisão, em especial, deverá dizer o porquê, naquele certame específico, a possibilidade de reunião em consórcio não é a mais consentânea com os princípios licitatórios.

A participação, portanto, é a regra, consistindo em exceção, a vedação.

Nestes termos, não há que se falar em irregularidade editalícia.

**c) Exigência de que as empresas licitantes tenham em seu quadro de pessoal engenheiro ambiental e químico.**

A empresa Impugnante alega ser desnecessária a exigência de que as empresas licitantes tenham em seu quadro de pessoal engenheiro ambiental e químico.

Considerando que os requisitos de qualificação técnica foram determinados pelo setor de engenharia do Cispará, e que esta Pregoeira não detém expertise sobre o assunto, a peça impugnatória foi submetida à apreciação do responsável técnico do consórcio, que em parecer (anexo), reafirmou a necessidade e manutenção da exigência.

Nestes termos, a Pregoeira acompanha a parecer, tendo em vista que não detém capacidade técnica para avaliar a questão, e julga improcedente as alegações da Impugnante.



#### IV. DA CONCLUSÃO

Em face do exposto, considerando a tempestividade da impugnação, recebe-se a mesma para fins de julgá-la **IMPROCEDENTE**.

Comunique-se aos interessados, em homenagem ao princípio da publicidade.

Pará de Minas/MG, 18 de outubro de 2023.

*Fernanda Rafaela A.B. Gonçalves*  
**Fernanda Rafaela Antônia Barbosa Gonçalves**  
Pregoeira